

Cabral rejeita a maior parte das emendas do Centrão

Janio de Freitas

Se pensar, muda

Dois ordens de raciocínio levaram o deputado Joaquim Francisco a montar uma análise da disputa entre os mandatos de quatro e cinco anos que, além de prever a vitória do primeiro, logo no seu primeiro teste de eficácia levou dois constituintes a reconsiderarem a disposição de votar nos cinco.

O primeiro raciocínio é de ordem aritmético-gozadora. Quando o mandato de Sarney ia ser votado na Comissão de Sistematização, o líder do governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna, foi ao presidente e lhe assegurou que os cinco anos venceriam por dez votos. Os quatro venceram por quatro votos. Logo, entre os 83 constituintes da Sistematização o calculista do governo errou por 14 (os dez que esperava ter e não teve, mais os quatro que o derrotaram). Transposta esta margem de erro para os 450 votos úteis, mais ou menos, que devem se apresentar na votação final do mandato, os cinco anos perderiam por mais ou menos 70 votos.

O segundo raciocínio é sério e deve mesmo ser incluído nas avaliações de tendências da Constituinte. Sem pessimismo nem otimismo, admita-se que o mandato de Sarney vá à votação aí pelos fins de março. A legislação eleitoral estabelece, e não há ideia de mudá-la, que nos 90 dias anteriores à eleição, ou seja, a partir de 15 de agosto para eleições em 15 de novembro de qualquer ano, o governo não pode nomear, contratar, deslocar, nem demitir. O constituinte que, até aqui adepto ou tendente aos cinco anos, votasse pelos quatro, estaria portanto em situação incômoda perante o governo, e sujeito a retaliações nas suas bases eleitorais, apenas por quatro meses e alguma coisinha. Período muito insuficiente para que o governo pudesse proceder a retaliações numerosas. E, se o tentasse, para que pudesse fazê-lo sem provocar escândalo de proporções insuportáveis. E olha que quatro meses e pouco se o mandato for mesmo votado já em março.

O período seguinte em que o governo poderia praticar retaliações, a partir de 15 de novembro, não

deverá passar de mês e meio. E dada como certa a aprovação de emenda do Grupo dos 32 que propõe a posse de presidentes e governadores em 31 de dezembro, para que encontrem o Orçamento da União, sempre vigente a partir de 1º de janeiro, em estado de virgindade, sem ter sofrido os estropos a que são dados os governos nos seus meses finais e comprometedores de todo o primeiro ano do governo sucessor. É notório que no seu último ano nenhum governo governa mais. Em quatro meses e depois em 45 dias, então, até dá pena dizer alguma coisa. A ameaça aos votantes dos quatro anos seria inexpressiva.

Este risco insignificante se compensaria largamente, porém, pela preservação da harmonia entre o constituinte e seu eleitorado desejo de eleição presidencial neste ano. Já é exposta sem qualquer cerimônia a preocupação dos integrantes do Centrão que se dispõem a votar nos cinco anos para Sarney, mas temem aparecer como autores deste voto e, portanto, como responsáveis pelo adiamento da eleição presidencial para o ano que vem. O suposto trabalhista Gastone Righi e o incomprovado peemedebista Daso Coimbra incumbem-se de reunir fórmulas que impeçam ou dificultem a identificação, pelo eleitorado, dos constituintes que votem nos cinco anos. Podem encontrar muitas fórmulas hipotéticas, mas nenhuma que funcione. Qualquer que seja a manobra, seus autores e praticantes serão conhecidos. E expostos ao eleitorado pelos partidários dos quatro anos e da eleição em 88, sejam eles outros constituintes, ou sindicalistas, ou livre-atiradores e, por certo, numerosos meios de comunicação.

Comparados o risco de retaliação e o prestígio eleitoral, a conversão aos quatro anos não sai perdendo, não. A diferença contra os cinco, na decisão do plenário, pode não chegar aos 70 que respeitariam a aritmética de Carlos Sant'Anna, mas, segundo as avaliações de Joaquim Francisco, pode muito bem ficar entre os 15 e os 30 votos.

Da Sucursal de Brasília

A maior parte das emendas do Centrão foi rejeitada pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição. No parecer às 2.023 emendas ao texto da Comissão de Sistematização, divulgado no final da tarde de ontem, Cabral aprovou, integralmente, apenas o preâmbulo proposto pelo grupo.



As maiores discordâncias do relator com o Centrão ficaram nos títulos "Da Ordem Econômica", "Da Ordem Social" e no capítulo "Dos Direitos Coletivos", onde ele recomendou a preservação do texto aprovado pela Comissão de Sistematização. Mesmo discordando das propostas do Centrão, Cabral agrupou todas as novas emendas (que abrangem todo o projeto da nova Constituição) no bloco das propostas com parecer "técnico favorável".

Cabral fez isto porque todas receberam apoio de pelo menos 280 constituintes (a maioria dos 559 parlamentares). Este procedimento foi determinado pelo novo regimento do Congresso constituinte, sugerido e aprovado pelos integrantes do Centrão. Ao analisar seu procedimento quanto às 1.995 emendas individuais, Cabral, que não podia aprová-las em parte, criticou o regimento: "Eu procurei não prejudicar nenhuma emenda. Mas o regimento engessou a atuação do relator."

Atraso

Muitas queixas foram feitas, durante a manhã de ontem, ao atraso da divulgação do parecer de Bernar-



Bernardo Cabral, relator, e Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte

do Cabral. Regimentalmente, o texto deveria ter sido entregue até a meia-noite de anteontem. Como o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, estava fora de Brasília, Cabral não cumpriu o prazo regimental. O deputado Gstone Righi (PTB-SP), um dos coordenadores do Centrão, queixou-se do relator, chegando a propor sua substituição. Ao saber

destas críticas, Cabral foi lacônico em sua resposta: "O que eu posso fazer? Um trabalho a menos, não é."

A partir de amanhã, os constituintes terão três dias para a apresentação de "pedidos de destaque" para votações de emendas em plenário. Trata-se de um mecanismo que garante a votação, por exemplo, dos 65% das emendas rejeitadas pelo

Relator reclama da retirada de poderes

Da Sucursal de Brasília

O relator da nova Constituição, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), reclamou da reforma realizada no regimento interno do Congresso constituinte na apresentação de seu parecer às emendas ao projeto da Sistematização. Segundo Cabral, a mudança patrocinada pelo Centrão "tornou extremamente penoso o trabalho do relator".

Cabral alerta para alguns problemas, "cuja possibilidade de evento não são poucas", causados pela impossibilidade do relator em fazer substituições ou apresentar substitutos. Daí, afirma Cabral, "decorre considerável risco de aprovação de emendas conflitantes e, como perigo maior ainda, o de se derrubar matéria constante do Projeto, sem a correlata aprovação de emenda que a substitua integralmente". Cabral observa em sua apresentação que "o projeto resultante poderá apresentar-se irremediavelmente lacunoso, e por isso, inútil e inaplicável. Desnecessário evidenciar o peso e as consequências da frustração popular, se tal vier a se dar".

relator. Cada constituinte tem direito a seis distritos.

Ontem mesmo os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Eraldo Tinoco (PFL-BA), dois dos principais coordenadores do Centrão, iniciaram a formulação da estratégia do grupo para a apresentação destes pedidos de destaque. No próximo dia 27 o projeto da nova Constituição começa a ser votado pelo plenário.

No parecer, críticas aos 5 anos e parlamentarismo

Da Sucursal de Brasília

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, manteve seu apoio ao sistema de governo parlamentarista e à fixação do mandato do presidente José Sarney em quatro anos. Cabral deu parecer "técnico" favorável às emendas coletivas que defendem o presidencialismo e um mandato de cinco anos, mas bombardeou, em seu parecer, as duas propostas.

Mesmo acolhendo a emenda coletiva que defende um mandato de cinco

anos para o presidente José Sarney, de autoria do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), Cabral defende a manutenção da decisão da Comissão de Sistematização, que fixou quatro anos. O relator constata, em seu parecer, que a matéria não requer "indagação jurídica", limitando-se apenas ao "campo político".

Cabral votou em favor dos quatro anos na Comissão de Sistematização, mantendo esta posição em seu parecer. Nenhuma emenda, mantendo a redução do mandato, foi apresentada

por um grupo de constituintes. O Centrão também não incluiu este tema entre suas propostas.

Sistema

Ao analisar a emenda presidencialista, encabeçada pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e assinada por outros 344 constituintes, Cabral disse que o "presidencialismo brasileiro é uma verdadeira monarquia absoluta", acrescentando que o sistema é o "responsável indiscutível pela despolíticação do povo brasileiro e pela frustração de todas as tentati-

vas de organização social, política e participativa".

Cabral faz no seu parecer uma verdadeira louvação aos méritos da emenda coletiva pró-parlamentarismo, encabeçada pelo deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE). "A emenda é tecnicamente correta e politicamente abrangente", afirmou Cabral em seu parecer. Segundo ele, a emenda traduz todas as discussões, travadas no decorrer das subcomissões, comissões, em favor do parlamentarismo, além de "dar-lhes um cuidadoso acabamento formal".

Maciel convoca reunião para unir líderes presidencialistas

Da Sucursal de Brasília

O senador Marco Maciel (PE), presidente do PFL, marcou para o dia 3 de fevereiro, em Brasília, uma reunião com os principais líderes presidencialistas no Congresso constituinte. Seu objetivo é definir uma estratégia comum para combater a tendência parlamentarista na Constituinte. "Parlamentarismo é golpe se não houver eleições gerais", disse Maciel ontem.

Se todos os líderes convidados por Maciel comparecerem, a reunião será um encontro de todas as correntes ideológicas da Constituinte. Maciel espera que a reunião seja um desdobramento das conversas que teve com Ulysses Guimarães, o deputado Luis Inácio Lula da Silva

(PT-SP), Leonel Brizola —presidente nacional do PDT— e Jarbas Passarinho —presidente nacional do PDS—, no fim do ano passado. A tese de Maciel é que os constituintes não têm soberania para mudar o sistema de governo e continuar com seus mandatos sem se submeterem a eleições: "Nós não fomos eleitos para governar, e sim para fazer a Constituição e legislar."

O relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) já autorizou a fusão das emendas presidencialistas do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e do senador Humberto Lucena (PMDB-PB). A fusão dará preferência de votação deste sistema de governo sobre a proposta parlamentarista no plenário da Constituinte.

Os novos ministros e o futuro incerto do PMDB em crise

JOAQUIM FALCÃO
Da equipe de articulistas

Dilacerado entre o Centrão e os históricos, parlamentaristas e presidencialistas, quatroanistas e cincoanistas, e com decrescentes perspectivas eleitorais, o PMDB é também obrigado a deixar o governo. Quase a pulso. Pouco a pouco, o presidente Sarney faz ministros à sua maneira: José Reinaldo, Fialho, Napoleão, Prisco, Mailson e João Batista. Ministros que não foram personagens principais do regime passado, nem se vinculam ao PMDB. Reserva pessoal. Tempos difíceis para o PMDB. O presente é arriscado. E o futuro incerto.

Com Tancredo, o PMDB tinha duas tarefas: realizar a transição e administrar o governo. Mas morreu Tancredo e o governo mudou de mãos. Diante deste fato, o PMDB se comportou como o filho traumatizado que nega a morte do pai. Negou todos esses anos o fato que a Presidência da República, que escolhe ministros, não era do PMDB. Mas negou como?

Negou, elegendo um constrangido Sarney, seu presidente de honra. Inclinando-se com egressos do PDS e PFL. Indicando, não do Congresso, onde tinha maioria, mas do Planalto onde não detinha poder, ministros e a política econômica. O episódio sintético desta negação ocorre quando dr. Ulysses, ocupa a sala da Presidência para sozinho anunciar o nome do professor Bresser para ministro da Fazenda. Constrangidos a nação, o ministro Bresser, seus partidários e o presidente ausente. No fundo, a realidade da morte de Tancredo fora dura demais. Em vez de enfrentá-la, o PMDB forjou outra.

Aceitar a realidade era aproveitar o respaldo do povo ainda nas ruas, e em vez de administrar o governo, operar a transição. E negociar com Sarney, não ministros e verbas, mas a concretização dos compromissos da redemocratização. Na ânsia de ser governo porém, o PMDB abriu mão de remover as leis do entulho autoritário. De pressionar o governo para punir a corrupção. Desenhou o pacto social. Admitiu a volta da censura mitigada. E quando a OAB, institui-

ção líder das "diretas-já", propôs Constituinte exclusiva, o PMDB discordou e perdeu a oportunidade de rapidamente equacionar a duração do mandato presidencial e do mandato de todos.

Afastou-se das demandas do povo por democracia, e mal chegou a ser poder no governo. Trocou o que fora, pelo que não foi.

Realizar a transição e ao mesmo tempo administrar o governo, só seriam conciliáveis caso se reconhecesse a independência dos contrários, o PMDB de um lado e a administração de Sarney do outro. E ambos, diante da pressão popular, empresária e militares inclusive, acertassem um novo cronograma para a transição e um plano de governo comuns.

Diante da morte de Tancredo e do novo presidente, que não pretendia reviver o autoritarismo, o PMDB deixou escapar sua melhor hora. Com o povo nas ruas e a maioria no Congresso, detinha poder de confronto suficiente para, do Congresso e das ruas, exigir do governo os compromissos da transição. O preço era apenas ter paciência. Aceitar que o destino roubaria-lhe no momento, o governo e o ministério. A propósito: depois da morte de Franco, o governo espanhol foi comandado por líderes do antigo regime, com Adolfo Suárez e seus ministros. Felipe González teve paciência de esperar. O PMDB não teve. Comportou-se como se desconfiasse do futuro. Só acreditou no passado.

Enquanto isso, o presidente Sarney recolhe e tira proveito do fato de que a política econômica de um PMDB dividido, dificilmente tem respaldo popular, e portanto sucesso. De que os ministros indicados, muitas vezes indicações pessoais mais do que partidárias, não consolidam o PMDB. De que o fato de ser uma frente, pode ser tanto sua fortaleza, quanto sua fragilidade.

Entre um presidente insatisfeito em partilhar o governo, querendo indicar seus ministros e que não será candidato nas próximas eleições, e eleitores desiludidos com sua política econômica e um desempenho oscilante na transição, o PMDB amarga sua crise. Procura a saída.

O parecer do relator sobre as principais emendas do Centrão

Preâmbulo

Retira os itens aprovados pela Comissão de Sistematização que falam da "convivência democrática", da repulsa a toda "forma autoritária de governo" e da "participação popular" no processo político. Parecer favorável

Título I — Dos Princípios Fundamentais

Integração latino-americana — A Comissão de Sistematização aprovou texto dizendo que o país "buscará" a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina. A proposta do Centrão diz apenas que o Brasil "apoiará" a "livre" integração. Parecer contrário

Título II — Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Tortura — Pela Sistematização, a prática de tortura é crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de anistia, respondendo por ele os mandantes, os executores e os que, podendo "evitá-lo ou denunciá-lo", se omitirem. O Centrão incluiu, além da tortura, o tráfico de drogas, os crimes hediondos e o terrorismo como crimes suscetíveis destas punições. Mas retira a expressão "denunciá-lo". Parecer favorável

Penas de morte — A Comissão de Sistematização proíbe a pena de morte. O Centrão abre a possibilidade desta pena em casos de guerra declarada. Parecer contrário

Acesso a informações — O Centrão retira a caracterização de "crime de responsabilidade" para a não prestação de informações pelos órgãos públicos. A Sistematização assegurava este direito de interesse particular, coletivo ou geral. Parecer contrário

Propriedade privada — O Centrão condiciona a subordinação de propriedade privada ao bem-estar social, à conservação dos recursos naturais e à proteção ao meio ambiente. Inclui, entretanto, no trecho que prevê a possibilidade de desapropriação, que ela deve ser feita, além de "com justa e prévia indenização", "em dinheiro". Parecer contrário

Estabilidade — O Centrão propõe

que a demissão sem justa causa, depois de 12 meses de vinculação empregatícia, só poderá acontecer mediante indenização (um mês de salário por ano de serviço prestado). O projeto da Sistematização prevê a estabilidade no emprego. Parecer contrário

Hora extra — A Sistematização prevê pagamento em dobro do serviço extraordinário. O Centrão prevê remuneração 50% acima do normal conforme convenção ou acordo coletivo. Parecer favorável

Imprescritibilidade das causas trabalhistas — O Centrão alterou a proposta aprovada pela Sistematização. A imprescritibilidade no curso da relação de trabalho vigora até dois anos após o seu término. O Centrão defende o mesmo prazo, mas contando a partir da violação dos direitos. Parecer favorável

Direito de Greve — A Sistematização aprovou o amplo direito de greve. O Centrão estabelece a liberdade de greve "nos termos da lei", e que a "lei limitará o direito de greve nas atividades essenciais". Parecer contrário

Voto aos 16 anos — O Centrão derruba o voto facultativo aos 16 anos. Parecer favorável

Título III — Da Organização do Estado

Bens da União — O Centrão exclui, dentre os bens da União, os recursos minerais e o subsolo. Parecer contrário

Sindicalização do servidor público — A Comissão de Sistematização aprovou a livre associação sindical e direito de greve aos servidores públicos. O Centrão proíbe a greve aos servidores públicos e remete para a legislação ordinária a definição quanto à possibilidade de sindicalização. Parecer favorável

Aposentadoria do servidor público — A Sistematização aprovou aposentadoria compulsória do servidor aos setenta anos. O Centrão concede aposentadoria aos 65 anos para a mulher, mantendo a decisão da Comissão para os homens. Parecer favorável

Título IV — Da Organização dos Poderes

Ausência do presidente — Pela Comissão de Sistematização, o Congresso Nacional tem competência exclusiva para autorizar o presidente e o primeiro-ministro a se ausentarem do país, importando a ausência sem consentimento em perda do cargo. O Centrão autoriza a ausência sem consentimento desde que ela não exceda quinze dias. Parecer favorável

Terras públicas — A Sistematização determina que o Congresso Nacional aprove previamente a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 500 hectares. O Centrão estabelece que apenas áreas superiores a 2.500 hectares necessitam desta autorização. Parecer contrário

Emendas à Constituição — O Centrão defende que emendas à nova Constituição terão de receber o apoio de 3/5 dos votos dos membros de cada uma das Casas. A Sistematização estabeleceu um quórum de 2/3. Parecer favorável

Tribunais Regionais Federais — O Centrão não prevê a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público na organização de lista sextupla para a composição dos Tribunais Regionais Federais, ao contrário do projeto de Sistematização. Parecer contrário

Justiça do Trabalho — O Centrão não prevê a participação das confederações sindicais na indicação dos juizes classistas membros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), como foi aprovado pela Comissão de Sistematização. Parecer favorável

Título V — Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

Policías Militares — A Sistematização designa as policías militares como "forças auxiliares e reserva do Exército". O Centrão excluiu esta condição. Parecer favorável

Guardas Municipais — O Centrão remete à lei a disposição sobre as Guardas Municipais. A Sistematização prevê que os municípios podem constituir guardas destinadas à proteção das instalações e dos serviços municipais. Parecer favorável

Título VI — Da Tributação e do Orçamento

Os textos do Centrão e da Comissão de Sistematização são muito semelhantes. Não há diferenças substanciais.

Título VII — Da Ordem Econômica e Financeira

Empresa nacional — O Centrão estabelece que será considerada empresa nacional aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha no país sua sede e administração. As exigências aprovadas pela Sistematização são maiores. Parecer contrário

Imóvel rural — Segundo a Comissão de Sistematização, ao direito de propriedade da terra corresponde uma função social. O Centrão limita esta necessidade; a função social fica condicionada ao "uso". Parecer contrário

Indenização por benfeitorias — O Centrão estabelece que as benfeitorias em propriedades rurais desapropriadas serão indenizadas em dinheiro. Pela Sistematização, apenas as benfeitorias "úteis e necessárias" serão indenizadas em dinheiro, e as demais em títulos da Dívida Agrária. Parecer contrário

Propriedades insuscetíveis de desapropriação — O Centrão inclui entre este tipo de propriedade a "parte produtiva da propriedade, limitada a desapropriação ao máximo de 75% da área total, se assim desejar o proprietário". A Sistematização incluía apenas os pequenos e médios imóveis rurais nesta categoria. Parecer contrário

Título VIII — Da Ordem Social

Sistema único de Saúde — A Sistematização aprovou o comando administrativo único em cada nível de governo para o sistema de Saúde. O Centrão pede a direção única apenas em cada região ou sub-região administrativa. Parecer contrário

Título IX — Das Disposições Transitórias

Não há grandes diferenças em relação ao texto da Sistematização. O Centrão se omite na questão da duração do mandato do presidente José Sarney.

'Históricos' adiam convocação do Diretório

Da Sucursal de Brasília



O senador José Richa (PMDB-PR)

Os "históricos" do PMDB adiaram para a próxima terça-feira a entrega do pedido de convocação do Diretório Nacional ao presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães (SP). Com isso, está praticamente certo o adiamento da reunião do Diretório, que os "históricos" queriam que fosse dia 3 de fevereiro.

O adiamento abre um pouco mais de espaço para negociação entre os "históricos" (que reúne a esquerda e a centro-esquerda do partido) e o deputado Ulysses Guimarães, também presidente do Congresso constituinte. A questão mais importante é a escolha do novo terceiro vice-presidente do PMDB, cargo disputado pelo senador José Richa (PMDB-PR) —pelos "históricos"— e o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) —pelos moderados do partido.

O deputado Euclides Scalco

(PMDB-PR) confirmou ontem que já tem as 41 assinaturas necessárias para a convocação automática do Diretório do PMDB, independentemente da vontade de Ulysses. A negociação de uma nova data para a reunião adiará também a disputa ideológica que os "históricos" querem precipitar dentro do PMDB.

Os "históricos" querem forçar um confronto com os peemedebistas moderados do Centrão, o bloco suprapartidário do Congresso constituinte. O confronto poderá rachar o partido antes do fim da Constituinte. E isso que Ulysses quer evitar, com apoio de alguns "históricos" mais moderados, como o ex-governador Franco Montoro e o senador José Richa.

Montoro disse ontem que há efetivamente "dois partidos" dentro do PMDB. "A divisão é incontestável, mas primeiro temos que esgotar todas as possibilidades dentro do PMDB", disse Montoro sobre a hipótese de um novo partido.

FAZENDA VALE DO SOL
RESERVAS
FEVEREIRO
CHALÉS
HOTEL
FAZENDA VALE DO SOL
SERRA NEGRA
0192-92-3500
SP-257-3955
FERIAS - LUA DE MEL
FINS DE SEMANA